

CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

AJUSTE DIRETO

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

“Elaboração de Estudos Hidrológicos e Hidráulicos”

Procedimento n.º: F-07/2025

Valor Base: € 11.200,00 (S/IVA)

Prazo: 30 dias

CPV: 71000000-8 Serviços de arquitetura, construção, engenharia e inspeção

*Ajuste Direto, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º
do CCP - Código dos Contratos Públicos*

1. ENTIDADE ADJUDICANTE:

A entidade Adjudicante é o Município de Oleiros, NIF 506 824 152, com sede em Praça do Município, 6160-409 Oleiros, com os seguintes contactos:

Website: www.cm-oleiros.pt

Email: geral@cm-oleiros.pt

Telefone: (351) 272 680 130

Fax: (351) 272 682 446

Horário de Funcionamento: Os serviços administrativos têm o seguinte horário de funcionamento – das 09:00 às 17:00 horas, todos os dias, à exceção dos sábados, domingos e feriados.

2. OBJETO DO PROCEDIMENTO

2.1 – O presente procedimento pré-contratual tem por objeto a Elaboração de Estudos Hidrológicos e Hidráulicos, em observância do disposto no Caderno de Encargos.

2.2- De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos), adotado pelo regulamento (CE) n.º 2195/2012, alterado pelo regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, o objeto da Presente aquisição de serviços corresponde ao código CPV – 71000000-8 Serviços de arquitetura, construção, engenharia e inspeção.

3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

O órgão que tomou a decisão de contratar foi o Presidente da Câmara Municipal de Oleiros, no uso das competências próprias, conferidas pela alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo do previsto e disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril.

4. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

A escolha do procedimento por ajuste direto foi efetuada nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, e baseia-se estritamente em critérios de valor, nomeadamente em função do valor base estimado.

5. PREÇO BASE:

5.1. O preço base é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem a aquisição de serviços objeto do presente procedimento.

5.2. O preço base fixado para a presente aquisição de serviços é de € **11.200,00 (Onze Mil e Duzentos Euros)**, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor.

5.3. O preço base inclui a totalidade dos serviços a prestar pelo período de vigência do contrato.

6. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

6.1. A proposta deverá ser acompanhada, obrigatoriamente, pelos seguintes elementos:

a) Declaração do concorrente de “Aceitação de Conteúdo de Caderno de Encargos” elaborada conforme modelo de declaração constante do Anexo I do CCP, cujo modelo se anexa – **Anexo I**

b) Declaração do concorrente, devidamente assinada, com indicação dos atributos da proposta, nomeadamente a indicação do preço global, prazo de entrega do objeto da presente locação, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, elaborada de acordo com o “**Modelo da Proposta**” (**anexo II**) ao presente convite.

c) Declaração de inexistência de Impedimentos – **CPA (Anexo III)**.

d) Certidão permanente da empresa ou indicação do respetivo código de acesso, no caso de pessoas coletivas, (ou os estatutos e atas de tomada de posse, no caso de Associação), ou documento comprovativo do exercício da atividade, com indicação do respetivo CAE, no caso de empresários em nome individual.

6.2. As propostas devem mencionar expressamente que ao preço total acresce IVA à taxa legal aplicável.

6.3. A proposta, bem como os documentos que a integram, são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

7. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

7.1. Nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

7.2. Para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento:

- i) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- ii) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- iii) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;

iv) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

7.3. Quando o prazo fixado para a apresentação das propostas seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.

7.4. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno encargo detetados, com exceção dos referidos na alínea iv) do ponto 7.2. e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas;

7.5. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.

7.6. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao prazo fixado no convite:

- a) O órgão competente para a decisão de contratar, ou o órgão para o efeito indicado nas peças do procedimento, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

7.7. O órgão competente para decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.

7.8. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 7.7., ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

7.9. Os esclarecimentos e as retificações referidas no presente convite, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência;

7.10. O convite e o caderno de encargos estão disponíveis na Secretaria da Câmara Municipal de Oleiros, para consulta dos interessados, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;

As peças do concurso estão totalmente disponíveis na Secretaria desta Câmara Municipal;

8. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma eletrónica, no endereço www.acingov.pt.

8.2. As propostas deverão dar entrada na plataforma acingov até às 23h59m do 6.º dia a contar da data de envio do convite.

8.3. As propostas deverão ser apresentadas em estrita observância das condições estabelecidas no presente convite e no caderno de encargos.

9. CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

Não é exigida a prestação de caução, tendo por base a natureza e a especialidade dos bens a fornecer e em face do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

10. PROPOSTAS VARIANTES E NEGOCIAÇÃO DE PROPOSTAS

10.1. Não é admissível a apresentação de propostas variantes e não serão objeto de negociação.

11. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Não aplicável.

12. HABILITAÇÃO

12.1. Documentos de habilitação:

O concorrente adjudicatário deverá entregar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos a seguir indicados, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao CCP (Anexo IV ao presente Convite);

b) Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), preenchimento de declaração feito, através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>, de acordo com os art.ºs 36.º e 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, conjugadas com as Portarias n.ºs 233/2018, de 21 de agosto e n.º 200/2019, de 28 de junho (Estão dispensadas da apresentação do RCBE as entidades em nome individual);

c) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva, para com a Segurança Social Portuguesa emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, ou a indicação do NIF (Número de Identificação Fiscal e do NISS (Número de Identificação da Segurança Social) a fim da Câmara Municipal de Oleiros poder consultar essa situação na Plataforma da Segurança Social (<https://www.seg-social.pt>), ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

d) Declaração, comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pela repartição de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal, de acordo com o previsto no artigo 3º do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de Setembro, ou, a indicação do consentimento para consulta da situação contributiva na plataforma da Administração

Fiscal (<http://www.e-financas.gov.pt>), ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

e) Documento comprovativo de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55º do CCP;

f) Documento, que contenha a identificação do (s) outorgante (s) do contrato, nomeadamente o nome, o número do Cartão de Cidadão e sua validade;

O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do Convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

13.CONTRATO

13.1. Aceitação da minuta do contrato

Após a aprovação da minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para decisão de contratar, notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do artigo 99º do CCP.

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **2 (dois) dias** subsequentes à respetiva notificação.

13.2. Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar

A Câmara Municipal de Oleiros pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas, sendo que os referidos ajustamentos não podem implicar, em caso algum, as situações previstas no nº 2 do artigo 99º do CCP.

13.3. Reclamações contra a minuta

As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos;

Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da

reclamação.

13.4. Celebração/outorga de contrato escrito

O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 dias a contar da aceitação da minuta ou da decisão da reclamação, mas nunca antes de:

- a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- b) Confirmados todos os compromissos referidos na alínea c) do nº2 do artigo 77º do CCP.

A entidade pública contratante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de **5 (cinco) dias úteis**, a data, hora e local em que se celebra o contrato.

Se a entidade pública adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto no ponto anterior, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, devendo aquela liberar a caução que este haja prestado, sem prejuízo do direito de ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e com a prestação da caução, de acordo com nº 3 do artigo 105º do CCP;

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante.

13.5. Não outorga do contrato

A adjudicação caduca nos seguintes casos:

- a) Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato;
- b) Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- c) Se, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º

Nos casos previstos no número anterior, o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto no ponto 13.4. do artigo anterior, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, devendo aquela liberar a caução que este haja prestado, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e com a prestação da caução.

No caso previsto no número anterior, o adjudicatário pode, em alternativa, exigir

judicialmente a celebração do contrato.

14.FORO JUDICIAL

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal de Oleiros, com expressas renúncia a qualquer outro.

15.DISPOSIÇÕES FINAIS

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite do procedimento aplica-se o regime previsto no Código de Contratos Públicos - Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, e legislação complementar.

ANEXOS AOS CONVITE

ANEXO I – *Modelo Declaração de “aceitação de conteúdo de Caderno de Encargos” conforme modelo constante do anexo I ao CCP*

ANEXO II – *Modelo de Proposta*

ANEXO III – *Declaração de Não Impedimentos CPA*

ANEXO IV - *Anexo II do CCP - Modelo de declaração*

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Câmara

(Miguel Alexandre Silva Costa Santos Marques, Dr.)